

Servidores se mobilizam para barrar PEC da reforma Administrativa no Congresso

Entidades representativas dos servidores públicos preparam ações para evitar que a reforma Administrativa, contida na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, seja aprovada pelo Congresso Nacional. Uma das iniciativas foi se reunir com a Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, na noite de terça-feira (12), na sede da Câmara Federal, para debater as estratégias de luta que impeçam a privatização do serviço público.

Um manifesto conjunto de entidades de servidores federais, estaduais, municipais, centrais sindicais e sociedade civil organizada também deve ser amplamente divulgado na busca de apoio junto à sociedade que terá seus direitos frontalmente atingidos caso seja aprovada.

Esta é uma luta que vem desde 2021 quando a PEC foi lançada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seu “posto Ipiranga”, o ex-ministro da Economia, Paulo Guedes. Depois de muita pressão dos servidores, parlamentares contrários e parte da população a proposta não foi votada, mas o presidente da Câmara Arthur Lira (PP -AL) não desistiu de aprová-la e quer colocar em votação no Congresso Nacional.

A PEC prejudica a população porque é uma proposta de sucateamento dos serviços públicos e privatista. Se aprovada, os serviços que hoje são totalmente gratuitos podem ser pagos como em qualquer atendimento feito por empresas. Além disso, a proposta tem ainda o potencial de facilitar a corrupção ao tirar a

estabilidade do servidor e abrir caminhos para contratação de pessoas apadrinhadas por políticos sem compromisso com a qualidade do serviço prestado e a ética pública.

O coordenador-geral da Confederação Nacional dos Servidores Federais (Condsef), Sergio Ronaldo, reforça que é lamentável o presidente da Câmara querer impor uma proposta derrotada nas urnas.

A ministra da Gestão e da Inovação no Serviço Público, Esther Dweck, pasta a qual a Gestão de Pessoas está submetida, enviou ao encontro o secretário de Gestão de Pessoas, José Celso Cardoso, que compôs a mesa na reunião da Frente. Ele foi enfático ao dizer que “o objetivo do atual governo continua sendo combater a PEC-32 e em seu lugar adotar um conjunto de medidas que se fato melhorem o Estado brasileiro”. É a mesma avaliação de Dweck.

“A ministra, o líder do governo José Guimarães, o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, a presidenta do PT, Gleisi Hoffmann, todos já se posicionaram contrários a PEC 32, mas Lira insiste e, por isso precisamos continuar alertas”, reforça Sérgio Ronaldo.

Para Alice Portugal o encontro foi fundamental para traçar o realinhamento estratégias de enfrentamento, embora a PEC não tenha sido aprovado na Comissão Especial, “não obteve adesão para ir à votação em plenário.”

Matéria completa e “as mazelas da PEC 32” em Condsef.org.br/noticias



ASSEMBLEIA GERAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2023

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA, em consonância com o Estatuto, Artigo 26, §3º, convoca todos os associados a participarem da Assembleia, dia 22.09.2023, às 10:00 horas, com qualquer número, no Auditório do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA, sito à Avenida Newton Bello, Nº 524 - Monte Castelo, nesta, para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: Recomposição do Conselho Fiscal do Triênio 2022/2025. Para participantes de forma online, será disponibilizado o link: <https://meet.google.com/xri-pcxk-dnk>.

São Luís (MA), 15/09/2023.

João Carlos Lima Martins,
Presidente.

Em seminário, CUT discute estratégias para direitos humanos no mundo do trabalho

A CUT abriu nesta quinta-feira (14) e segue até amanhã o seminário que debaterá a relação do movimento sindical com a defesa da vida e das condições dignas de trabalho.

Com o tema “Negociações Coletivas e normas sobre Empresas e Direitos Humanos”, a atividade tem como ponto central a discussão sobre o Projeto de Lei 572/2022, que cria o Marco Nacional sobre Direitos Humanos e Empresas e estabelece diretrizes para a promoção de políticas públicas sobre o tema.

Mas, o encontro não para por aí. Ao longo dos dois dias, a Central também debaterá responsabilidades do Estado e de empresas para fazer do ambiente de trabalho um espaço de respeito, direitos e liberdade de expressão.

O debate também tratará e promoverá uma oficina sobre a Lei da Devida Diligência na Cadeia Produtiva, em vigor na Alemanha desde 1º de janeiro de 2023, que obriga as empresas com origem no país a estabelecerem um compromisso forte de respeito aos direitos humanos.

A Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT, Jandyra Uehara, também destacou que o tema é cada vez mais importante para a classe trabalhadora em um cenário econômico no qual predomina o capitalismo cada vez mais financeirizado e desindustrializado.

A dirigente destacou ainda que o movimento sindical precisa atuar tanto na fiscalização de ações do Estado, como os impactos do Programa de Aceleração

do Crescimento (PAC) para o meio-ambiente e comunidades tradicionais, quanto na inclusão de medidas nas discussões com as empresas.

“As organizações sindicais precisam levar o debate para a base para que tenhamos reivindicações concretas sobre direitos humanos nas empresas, especialmente as transnacionais, que são as que mais violam direitos no país, seja na prática direta de produção, seja na terceirização, quarteirização e até mesmo utilização de mão de obra infantil e análoga à escravidão. Combater a violação aos direitos humanos por meio da negociação coletiva é algo fundamental para avançar nos direitos da classe trabalhadora”, definiu.

Olhar internacional

Diretor de Projetos da Fundação Friedrich Ebert, Gonzalo Berón, criticou o poder que as empresas possuem no mundo todo para produzir sem responsabilidade com as necessidades e características das comunidades locais e citou o caso da petroleira Chevron, que deixou o Equador após destruir o meio ambiente onde atuou e prejudicou povos indígenas sem ressarcir o país pelo prejuízo.

Na contramão desse processo, o adido social na embaixada da Alemanha no Brasil, Manfred Brinkmann, falou sobre a Lei da Devida Diligência na Cadeia Produtiva, aprovada por maioria no Congresso alemão, que atualmente leva em conta companhias com ao menos três mil trabalhadores e trabalhadoras, mas que, a partir de 2024, impactará sobre grupos a partir de mil pessoas.

“Essa é uma conquista dos sindicatos, movimentos sociais e entidades da igreja. A lei não cria novos direitos, mas sim impõe o respeito aos já existentes em âmbito internacional e obriga as empresas a adotarem uma postura proativa em defesa direitos trabalhistas e sindicais e nas cadeias produtivas. Isso significa o respeito ao direito à vida, às convenções coletivas contra trabalho escravo, infantil e às principais convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT)”, apontou.

Trabalho nacional

Coordenador geral de Direitos Humanos e Empresas do Ministério de Direitos Humanos, Luiz Gustavo Lo-Buono, explicou que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), trabalha para constituição de uma Política Nacional de Direitos Humanos e Empresas.

O programa tem sido constituído a partir de um grupo interministerial com ampla participação da sociedade civil e sindical e deve ser promulgado por meio de um decreto previsto para os próximos meses. O marco inicial dessa proposta é a primazia de direitos humanos sobre qualquer decisão de negócio.

Ex-Ministro Chefe da Secretaria Especial de Direitos entre 2005 e 2010, Paulo Vanucchi afirmou que a participação das organizações trabalhistas na discussão sobre o tema é algo novo, mas essencial para que o país avance.

Confira a matéria e programação completa do encontro